N.º 3

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2007

Aos treze dias do mês de Abril de dois mil e sete, reuniu, pelas vinte e uma hora e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

Ponto Único – Informação e debate sobre a situação actual e as perspectivas futuras da Universidade de Évora

Estiveram presentes os membros da Mesa:

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa
2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Verificada a ausência do Sr. Presidente, a Sra. **1ª Secretária** assumiu a presidência, a qual solicitou que fosse proposto um nome para integrar a Mesa, tendo o Presidente do Grupo Municipal do PS proposto o Sr. **Joaquim Pinheiro Cordeiro** (substituto do Sr. Fernando Nunes). Posto este nome à consideração do plenário, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, José Rita, Mafalda Troncho, Jorge Lourido, José Cardoso, Ana Maria Silva, Paula de Deus, Florival Pinto (em substituição de M.ª Augusta Pereira), Francisco Chalaça, Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, José Mateus, M.ª Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Silvino Costa, Baltazar Ramos (em substituição de Jerónimo Mendes), Isidro Lobo, Martinho José Metrogos Relvas (em substituição de António Metrogos), João Valverde, João Ricardo, António Galão, Felisberto Bravo, António Maduro, Domingos Chumbo (em substituição de José Calado) e João Rodrigues.

Faltaram os Senhores José Russo e José Piteira.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores(as) Manuel Melgão, Filomena Araújo, António Dieb, João Andrade Santos, José Barradas e Jesuína Pedereira.

Participaram também na sessão, na qualidade de convidadas, as seguintes personalidades:

- **A Sra. Governadora Civil de Évora (Fernanda Ramos)** – Em representação do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- **O Sr. Prof. Dr. Jorge Araújo** – Reitor da Universidade de Évora;

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

- **O Sr. Frederico Diniz** – Presidente da Associação de Estudantes da U. E.;
- **O Sr. Dr. João Oliveira** – Deputado da Assembleia da República (PCP);
- **Os Srs. Professores Sara Fernandes e Rui Salgado** – Representantes do Sindicato dos Professores da Zona Sul;
- **O Sr. Dr. Viana Afonso** – Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Aberta a sessão, a Sra. **Presidente** saudou todos os presentes e convidou o Sr. Reitor da U. E. a discursar.

O Sr. **Prof. Jorge Araújo** falou da actual situação da U. E., das mudanças no ensino e da transição para um novo modelo de financiamento, aspectos que vieram agravar a situação financeira desta Instituição de ensino superior, mostrando o mesmo confiança e indicando a estratégia para ultrapassar tais constrangimentos.
Depois, informou sobre as medidas que têm vindo a ser tomadas para se tentar resolver o problema, sublinhando que não haverá despedimentos, até porque uma grande parte dos docentes excedentários é doutorada e indispensável às missões que a Universidade desenvolve, até porque o estatuto da carreira docente não permite despedimentos, nem a lei da mobilidade se aplica à atrás citada.
"*O reforço na investigação científica é a pedra basilar para a saída da crise*", considerou o Reitor, explicando que intimamente ligadas a ele se encontram formações em mestrado e doutoramento, as quais geram receitas significativas.
Por outro lado, manifestou já ter recebido, da parte do Governo, um sinal positivo, que é o facto de ter sido criada uma Comissão do Ministério das Finanças e do Ensino Superior, que, em breve, virá a Évora visitar a Universidade, para avaliar a situação e ponderar quais as medidas a tomar.
A seguir, referiu que a oferta da formação ao longo da vida está também a ser reforçada, entre outras iniciativas, e a aposta no estabelecimento de protocolos e permutas de colaboração com diversas empresas também está em curso e com bons resultados. É neste âmbito que está a ser preparada uma candidatura a um programa comunitário, destinada a instalar em Évora um inovador parque tecnológico, que permitirá desenvolver ainda mais parcerias entre empresas e a Universidade, revelou.

Logo após, foi dada a palavra ao Sr. **Frederico Diniz**, que centrou a sua intervenção nas razões que, em seu entender, originaram esta crise orçamental, apontando também soluções e deixando claro que se deve olhar para a actual situação «como um desafio e não como um entrave».

O orador seguinte foi o Sr. deputado **João Oliveira**, que valorizou esta iniciativa da Assembleia Municipal e deu algumas notas sobre a forma como o PCP vê a situação que se vive na U. E. e na generalidade dos estabelecimentos de ensino superior, acentuando que os mesmos têm sofrido, ao longo dos anos, de sub-financiamento crónico, o que os tem levado a aumentar o número de vagas, com o intuito de obterem mais receitas, através das propinas, a fim de verem as suas situações financeiras resolvidas.
Posteriormente, frisou que, actualmente, há uma estratégia de centralização de meios e capacidades por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a que só algumas instituições têm acesso, que permitem o desenvolvimento da investigação científica, sendo que a U. E. não é uma das beneficiadas.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Por último, comentou que é inegável a importância que a Universidade de Évora tem para o concelho, para o distrito e para a região do Alentejo, sendo um factor de desenvolvimento do interior e de fixação da população, sobretudo para a mais qualificada, não se coadunando a mesma com a escassez das condições que tem ao seu dispor e com a situação que hoje vive, não deixando de exprimir que o PCP possui uma elevada preocupação com as consequências que podem advir, a curto prazo, das convulsões internas existentes no sistema do ensino superior em Portugal.

Seguidamente tomou a palavra a Sra. Prof.ª **Sara Fernandes**, que começou por relatar que o Sindicato de Professores da Zona Sul acompanhou com grande apreensão a aprovação do OGE para 2007 e as consequentes quebras de verbas a distribuir por todas as instituições de ensino superior. Neste sentido, foi pedido, em meados de Janeiro, ao Sr. Reitor da U. E. um encontro para se poder avaliar a situação da dita, não só em termos orçamentais, mas também no que concerne à sua sobrevivência. Nessa reunião o SPZS obteve a informação concreta que os problemas orçamentais eram extremamente graves, ao ponto de porem em risco o funcionamento da Universidade até ao final do ano, tendo sido decidido iniciar-se uma campanha de sensibilização dirigida aos respectivos docentes e a alguns organismos, visando resolver a situação, anunciou.
Depois, opinou que a U. E. mudou a cidade economicamente, culturalmente e cientificamente, não acreditando que o Governo permita o fecho da mesma, embora temendo que os cortes orçamentais provoquem danos para sempre irrecuperáveis.
Para terminar, apelou ao Ministério da tutela para ponderar o momento que se estava a viver, a região onde a Universidade está inserida e o capital científico, tecnológico e cultural que podia destruir. Mais apelou para que a AME tudo fizesse para a conservação do património em causa.

Por sua vez, o Sr. Dr. **Viana Afonso** manifestou, igualmente, solidariedade e a disponibilidade de colaboração, no âmbito das parcerias com os organismos regionais, e também nas candidaturas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, que a Universidade pretende concretizar, para a instalação de um parque científico e tecnológico.

Posto isto, a Sra. **Presidente** inquiriu à Sra. Governadora Civil se pretendia usar da palavra de imediato, a qual respondeu que só falaria depois do intervalo.

Assim, A Sra. **Presidente** passou à fase das interpelações por parte dos Membros da Assembleia, tendo facultado, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. **José Cardoso**, que, em função do discurso do Sr. Reitor, interrogou como era que a Universidade fazia a ligação às empresas, em que campos e que com que finalidades. Perguntou também que reflexos terão estas parcerias nos futuros orçamentos da Universidade.
Sobre o facto da Sra. Sara Fernandes ter dito que nunca se fez tanta investigação em Évora nos últimos 10 anos, manifestou que gostaria de saber qual a concretização de tal trabalho.

O Sr. **Palma Rita** principiou por lembrar que o PSD foi a primeira força política a patentear a sua apreensão com a situação da U. E..
Posteriormente, salientou que não ouvira o Sr. Reitor referir a necessidade duma reformulação da oferta de cursos, nem do sentido em que a mesma deveria acontecer, pois que nos últimos cinco anos tem aumentado o desemprego no concelho de Évora entre jovens licenciados, na ordem dos 103%, muitos deles formados pela U. E., gostando o PSD de saber até que ponto a estratégia da Instituição estaria, ou não, articulada com a da cidade.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Mais à frente frisou que o Sr. Reitor falara nos condicionamentos demográficos, mas não ficara claro quais as metas da Universidade para o futuro, aspecto que o motivou a inquirir se o número dos seus alunos iria crescer, manter-se ou diminuir.
Recordou, também, que o Prof. Jorge Araújo manifestara preocupação por haver o risco de 150 docentes poderem perder os seus postos de trabalho, mas não o vira referir nada acerca do número de edifícios que a Universidade dispõe, que, se calhar, são excessivos, segundo a sua opinião, pensando se não seria mais lógico a mesma começar a reduzir as despesas com os seus encargos de estruturas e não pelos professores.
Com vista à saída da crise, perguntou quais eram os mecanismos de articulação com as restantes instituições de ensino superior da região.
Logo após, fez saber que o PSD concordava com as missões da U. E., nomeadamente com a produção científica, não deixando de inquirir quais eram os instrumentos concretos com que ela pretendia afirmar o pacto de ciência e tecnologia.
Mais interrogou, tendo em conta os contactos que o Sr. Reitor já estabelecera com a Administração Central, qual fora a resposta que obtivera desta para a possibilidade de haver uma discriminação positiva nas universidades do interior.
Por fim, deu conta que não ouvira o Prof. Jorge Araújo falar na aeronáutica, coisa que o levava a pensar que a Universidade nunca se preocupara com a questão ou, então, tivera a informação que não valia a pena o investimento.

A Sra. **Paula de Deus** cumprimentou todos os presentes e acentuou que não valia a pena estar a escamotear que o problema da Universidade era a falta de financiamento, apesar de entender que havia necessidade de contextualizá-lo com a governação das universidades, com a rede do ensino superior e com o sistema de avaliação.
Relativamente à alocução do Sr. Reitor, solicitou-lhe que precisasse três questões, a saber: a do saneamento financeiro; que compromissos e expectativas em relação à iniciativa «**Reitoria Aberta**»; e que medidas de discriminação positiva considerava que deveriam ser ponderadas para a U. E..

Tendo em conta as afirmações que o Sr. Reitor tem vindo a produzir publicamente, de que não terá dinheiro para pagar aos funcionários a partir de Setembro/07, a Sra. **Ana Maria Silva** perguntou-lhe se a situação estava ultrapassada e, em caso afirmativo, se era duradoura para os próximos anos.

Sendo Évora uma cidade de serviços e precisando os seus profissionais de mais qualificação, o Sr. **Nuno Leão** opinou que a U. E. deveria promover a criação de turmas em períodos pós-laborais, o que permitiria ocupar os professores excedentários e aumentar o número de alunos.

A Sra. **Mafalda Troncho** transmitiu que pensava na Universidade num contexto mais global e, nesse sentido, demonstrou interesse em saber que medidas estavam a ser estudadas no que concerne à ligação com as suas congéneres nacionais e internacionais.
Em virtude de o Sr. Reitor ter falado em parcerias com algumas firmas, interrogou-lhe se se referira ao tecido empresarial local ou também ao nacional e internacional.
Sobre o centro tecnológico, divulgou que percebera qual a ligação que se pretendia com as empresas, mas fez questão de saber se o mesmo iria ter uma valência destinada a ajudar os alunos a serem, eles próprios, agentes de mudança e criadores do seus postos de emprego.
Para terminar, congratulou-se por ver a U. E. abrir-se à sociedade e à comunidade, não deixando de demonstrar vontade em saber se tal atitude também se estendia ao fomento de novos cursos.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/am

Por sua vez, o Sr. **António Murteira** asseverou que a CDU tinha discordâncias de fundo com a nova política de financiamento para o ensino superior, que, na opinião da aludida força, punha em perigo todas as universidades do interior.
Depois, desejou colocar algumas questões, fundamentando-se num relatório de auto-avaliação da U. E., datado de Novembro de 2006, tendo inquirido ao Sr. Reitor, em primeiro lugar, se o documento era credível e se estava actualizado.
Seguidamente perguntou se as receitas da Instituição e o financiamento do Governo, no total, atingiam o montante de 50.000.000 €/ano e se 72% deste valor resultava das transferências do OGE e se a parte restante era fruto das propinas. Mais interrogou se o buraco financeiro para 2007 rondava a quantia de 8.500.000 €.
Acerca do tema do mercado de trabalho, comentou que se nota uma certa tendência para se tentar encontrar argumentos para a política do Ministério do Ensino Superior que procurem, de alguma forma, descredibilizar a U. E., sendo de seu pensamento que esta Instituição fez, nos últimos 30 anos, um percurso formidável e que é indispensável à região. Com base neste apontamento, perguntou ao Prof. Jorge Araújo como encarava a «performance» dos licenciados e mestrados que tem saído da Universidade, em termos de empregabilidade.
Quanto ao actual rácio estudante/professor/pessoal não docente, lembrou que o mesmo foi acordado entre o Conselho de Reitores das universidades portuguesas e o Ministério da tutela, o qual é, genericamente, considerado adequado, não deixando de pedir ao Prof. Jorge Araújo a sua opinião sobre o assunto.
Para acabar, exprimiu que, no entender da CDU, a «performance» da investigação científica é positiva, tanto assim que a quantidade de artigos publicados em revistas internacionais da especialidade aumentou de 22, em 1996, para 154, em 2006, para além de o número de doutoramentos concluídos, no mesmo período, na U. E. ter subido de 10 para 33. Ainda neste contexto, relevou a parceria que a Universidade tem a nível do Centro Operativo de Tecnologia e Regadio, que congrega um conjunto de entidades da região, sobretudo empresariais, a qual tem desempenhado um papel importante no campo da investigação aplicada.

Tendo o Sr. Reitor da U. E. feito alusão a um projecto científico a implementar na herdade da Mitra, o Sr. **João Valverde** solicitou-lhe que explicasse melhor o seu conteúdo.
Noutro âmbito, interrogou se a Instituição já tinha estudos feitos para apoiar os agricultores nas sementeiras, a acontecerem no próximo Verão em herdades próximas da barragem de Alqueva.

Prontificando-se a responder às interpelações formuladas, O Sr. **Reitor da U. E.** começou por aflorar as questões postas pelo Sr. J. Cardoso, elucidando que a Universidade interage com as empresas estabelecendo parcerias ao nível de projectos de investigação, direccionados para as necessidades destas, tirando proveito dos mecanismos de financiamento que existem a nível nacional, não deixando de sublinhar que tais acções têm reflexos financeiros, nomeadamente quando as atrás mencionadas pedem à U. E. a formação dos seus técnicos, que é, naturalmente, paga.
Sobre as observações e inquirições formuladas pelo Sr. P. Rita, recordou que a U. E. abriu, há vários anos, uma licenciatura em **turismo**, existindo também cursos de pós-graduação no sector, adiantando que a Instituição está em contacto com a maior parte das empresas do ramo que se estão a instalar no Alentejo, procurando com elas estabelecer parcerias, para transferir os seus conhecimentos e aproveitá-las como locais de estágio para os alunos, lançando-os, assim, no mercado de trabalho.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/am

Quanto à **aeronáutica**, expressou que era uma área muito importante, estando particularmente expectante quanto ao assunto do «Skylander», acrescentando que a Universidade interveio junto da Agência Portuguesa de Investimento (API), no sentido de apoiar a vinda da aeronave para Évora. Ainda sobre esta matéria, reconheceu que a Instituição não fez algo, nem podia fazer, para que a aeronáutica viesse para esta cidade, porque a deslocação das empresas para uma região ou para outra não compete às universidades.
Relativamente às **metas de crescimento**, declarou que a estrutura física da Universidade não permite imaginar uma população física superior a 10.000 estudantes, mas a pretensão é triplicar, através do ensino à distância, com incidência, especialmente, no mundo lusófono, embora não soubesse para quando.
Mais à frente, frisou que não falara em desemprego, antes pelo contrário, pois que referira que todos os docentes são necessários, só que tem sido transmitido aos mesmos que cada um tem que gerar, através da diversidade de acções, uma parte do seu próprio salário.
No contexto dos **mecanismos de articulação com as restantes instituições da região**, deu conta que nos seus anteriores mandatos fundou a Rede Regional de Ensino Superior, que reunia a U. E. e os politécnicos de Beja, Portalegre e Setúbal, cujo projecto não teve grande folgo, mas agora, ao ser reeleito, reactivou-o, com uma dimensão maior, passando a ser uma Academia, englobando as Universidades de Évora e do Algarve e os Politécnicos de Beja, Portalegre, Setúbal e Santarém, a qual tem como funções: **Primeiro** - Regular a oferta formativa; **Segundo** – Juntar esforços para dar credibilidade científica a muitas das formações superiores, mas como não existe satisfação só com isto e se quer ir mais longe, pretende-se alargar a Academia a algumas universidades espanholas da Extremadura e da Andaluzia, possibilitando criar um espaço de ensino superior mais amplo, que se chamará **Região do Conhecimento do Sudoeste Ibérico**.
No que se reporta ao **parque de ciência e tecnologia**, anunciou algumas das vertentes que vão ser privilegiadas no projecto, designadamente as tecnologias de informação e comunicação, as energias renováveis, as rochas ornamentais e a aeronáutica, sendo que, neste caso, está apalavrada uma ligação estreita entre a sociedade promotora do «**Skylander**» e o **Évoraparque**, de modo a possibilitar que uma parte das instalações de investigação da aeronave se possa aproximar do espaço universitário. Ainda neste âmbito, observou que a água é outro «cluster» muito importante para a Instituição, que está associado ao Alqueva, havendo vários protocolos de colaboração estabelecidos nesse sentido.
No que toca às relações com o Governo, esclareceu que depois da sua tomada de posse a Universidade beneficiou de um investimento vultuoso, o que permitiu arrancar com algumas obras que estavam paradas há vários anos, designadamente na antiga Fábrica dos Leões, para além de existirem contratos-programa para pequenas acções. Disse também que tem encontrado da parte do Sr. Ministro da tutela uma grande receptividade para os problemas da U. E..
Acerca das questões colocados pela Sra. Paula de Deus, divulgou que a situação de falta de verbas para satisfazer os encargos salariais até ao final do ano não estava resolvida, sendo que das mensagens envidas à Administração Central surgiu um primeiro sinal que considerou bastante positivo, que foi o da nomeação duma comissão mista, composta pelos Ministérios da Finanças e do Ensino Superior, que virá visitar a U. E., com vista a inteirar-se dos problemas que a afectam.
Com respeito à interrogação formulada pela Sra. Ana Silva, repetiu que a situação não estava ultrapassada.
Quanto ao apontamento da Sra. Mafalda Troncho, recordou o que dissera anteriormente e acrescentou que se está a formar uma parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, denominada **Rede do Conhecimento Luso-Islâmico**, destinada a desenvolver relações de natureza

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/am

científica e técnica com os países islâmicos do Mediterrâneo. Para além disto, existe uma teia diversificada de contactos com universidades europeias e americanas, revelou.
Posteriormente, noticiou que a U. E. coopera tanto com empresas locais como nacionais, designadamente com a EDP, a GALP, a APS, a MICROSOFT, etc.., não deixando de ressaltar que a Instituição encara o Centro de Tecnologia de Inovação e Emprendorismo como um alfobre de jovens empresários.
Referiu ainda que o **Évoraparque** compreenderá, também, um Centro de Congressos e outros serviços paralelos, o qual será contemplado com fibra óptica, o que facilitará o acesso de Valverde às grandes redes de comunicação, via Internet.
De imediato, afirmou que Universidade irá propor ao Ministério do Ensino Superior a criação de novos cursos nas áreas das energias renováveis, dos combustíveis, dos recursos minerais e geológicos, indo-se procurar estabelecer parcerias com empresas que permitirão formatá-los em modelo «sanduíche».
No que concerne à intervenção do Sr. A. Murteira, confirmou os dados que o mesmo mencionara, vincando que o financiamento do OGE, para 2007, era deficitário, ao ponto de não ser suficiente para cobrir os salários.
Sobre a empregabilidade dos licenciados na U. E., acentuou que estava bastante satisfeito, porque a grande maioria consegue arranjar trabalho em poucos meses, embora reconhecendo que nalguns sectores as coisas são mais difíceis, nomeadamente nas ciências agrárias.
Acerca do rácio alunos/docentes, certificou que ele foi acordado entre o respectivo Ministério e o Conselho de Reitores, considerando-o satisfatório.
Para concluir e respondendo ao Sr. N. Leão, clarificou que a Universidade, neste ano, vai abrir cursos pós-laborais, mas alertou que estes só são acessíveis à população que circunda a Instituição, particularmente à masculina, porque a essas horas as mulheres estão em casa ocupadas com tarefas domésticas.

De imediato, a Sra. Presidente concedeu a palavra à Sra. Prof.ª **Sara Fernandes**, para responder a uma pergunta posta pelo Sr. J. Cardoso, a qual advogou que a ciência tem servido, ao longo dos séculos, para fazer a humanidade evoluir, adiantando que na U. E. tem-se feito um esforço de aplicação da mesma, exemplificando com o Centro de Geofísica, que tem ligações a grandes projectos, como o porto e a Central Térmica de Sines, para além de ter colaborado na construção da barragem de Alqueva.
Recordou, também, que foram investigadores da Instituição os primeiros a determinar o mecanismo focal do sismo que provocou o tsunami de Dezembro/05.
Na área da saúde, participou de está a efectuar-se um estudo importantíssimo de fibrologia.
Divulgou, igualmente, que existem patentes registadas em nome de docentes da Universidade.

Finda a primeira parte da sessão, a Sra. **Presidente** agradeceu, em seu nome e da AME, as informações prestadas pelos convidados, as quais contribuíram para o esclarecimento de todos os presentes, segundo a sua ideia.

Seguiu-se um intervalo de dez minutos.

Retomados os trabalhos, a Sra. Presidente deu a palavra à Sra. **Governadora Civil**, **Fernanda Ramos**, em representação do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que saudou a forma como a Universidade está a reagir ao caso, definindo uma estratégia e também a maneira

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

como os professores encaram a situação, colocando-se do lado da solução e não do problema. Confirmou a vinda da comissão ministerial a Évora, mostrando-se confiante na resolução das questões em causa, as quais considerou merecerem o envolvimento de todos, manifestando a sua disponibilidade para receber todos os contributos que queiram dar sobre a matéria, à semelhança do que já fizeram os sindicatos, cujas propostas foram encaminhadas para o Ministro da tutela.

Entrando-se, então, na ordem do dia, a Sra. **Presidente** participou que chegara à Mesa uma moção, intitulada «**Pela Universidade de Évora**», tendo perguntado ao respectivo 1º subscritor se a queria apresentar.

O Sr. **Rui Rosado** respondeu afirmativamente, sustentando que a AME, enquanto Órgão do poder local atento a tudo o que se passa no nosso município, com reflexos no presente e no futuro da nossa comunidade, não podia deixar de acompanhar com preocupação a actual fase da vida da U. E., no contexto das inevitáveis e inadiáveis reformas em curso na sociedade portuguesa, acrescentando que o processo de mudança que atravessa o mundo universitário europeu, onde se insere a realidade portuguesa, a par do processo de recuperação das finanças públicas nacionais, introduzia dificuldades acrescidas na concretização da nova estratégia de reconversão por que passa a U. E. e que é protagonizada pelo seu actual Reitor e pela sua equipa, tendo depois lido os quatro pontos do documento, o qual se anexa a esta acta.

A Sra. **Ana Maria Silva** opinou que haviam alguns aspectos que não deviam fazer parte da moção, porque não competia à Assembleia decidir sobre processos de melhoria da gestão da Universidade, fazendo ver que não fazia sentido a redacção do ponto 2, por duas razões: **Primeira** – Porque cabia à Instituição colocar as questões em causa; **Segunda** – Porque havia universidades que não precisavam fazer qualquer esforço, dado que, para além de não terem tido reduções, obtiveram avultados meios para aumentarem as suas riquezas.
Mais à frente, frisou que o caso da U. E. era um problema de fundo, que não se resolvia com discriminações negativas, sendo de lamentar que fosse pagar ao Fundo Nacional de Pensões com as verbas que sobraram, o ano passado, das propinas dos mestrados.
Quanto ao ponto 1, propôs que o seu texto passasse a ser o seguinte: "**Manifestar toda a solidariedade e apoio à U. E. pelos excepcionais resultados alcançados ao longo dos últimos 30 anos, para responder aos desafios do presente e do futuro,.....**".
Relativamente ao ponto 4, sugeriu a substituição da frase "**apela ainda**" por "**chama a atenção**".

O Sr. **Rui Rosado** retorquiu que os alvitres de revisão alteravam profundamente o teor do documento apresentado pelo PS, pelo que a respectiva bancada não os podia aceitar.

O Sr. **Florival Pinto** defendeu que não era altura para surgirem divergências ideológicas, tendo solicitado aos Membros da AME que procurassem encontrar uma solução de absoluta unanimidade, tendo em conta o valor que estava em causa.
Sobre a moção em debate, congratulou-se por ver a evolução que teve a bancada do PS desde a última sessão deste Órgão, na qual alguns dos seus elementos não demonstraram disponibilidade para apelarem aos Srs. Ministros das Finanças e do Ensino Superior, no sentido de haver um reforço de financiamento para a Universidade local.

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Seguidamente, discordou das modificações propostas pela Sra. Ana M.ª Silva, na medida em que se, por um lado, era importante pedir ao Governo que aumentasse o financiamento da Universidade, também se justificava, por outro, que esta usasse o dinheiro com parcimónia.
Por último, participou que a bancada do PSD iria votar favoravelmente a moção.

O Sr. **José Cardoso** exprimiu que lhe parecia que era a primeira vez que concordava integralmente com uma intervenção de um eleito do PSD, visto que fora uma posição de uma sensatez extraordinária, que merecia todo o seu apoio, havendo a retirar da mesma o facto de ter focado o aspecto de ser necessário a U. E. economizar os seus fundos, para mais numa altura em que se anda a pedir aos portugueses para pouparem o que possuem e o que não têm.

Em aditamento às palavras produzidas pela Sra. Ana Silva, o Sr. **Jorge Lourido** clarificou que a bancada da CDU formulara as propostas de alteração ao texto da moção com o intuito de que dali saísse uma posição unânime, reforçando que não existia razão para o ponto 2 constar nela e parecendo-lhe, até, indelicado tal arrazoado perante a U. E., mas se o PS quisesse mantê-lo a CDU iria analisar a questão.
No que concerne aos pontos 1 e 4, reiterou a ideia exposta pela sua camarada, não deixando de sugerir que a votação do documento em apreço, e de outros que pudessem surgir, fosse feita mais no final da sessão, para não esgotá-la nesta fase.

Por seu turno, o Sr. **Francisco Chalaça** transmitiu que temia que a CDU estivesse à procura dum pretexto para não votar a moção favoravelmente, fazendo notar que 90% da alocução do Sr. Reitor estava reflectida no ponto 2, ou seja, preconizava-se a resolução do problema da Universidade duma forma estrutural e não conjuntural, falando-se apenas em cortes em despesas não essenciais e não no investimento.
Em relação ao ponto 4, referiu que o termo **transitório** tinha todo o cabimento, por se pretender que a situação não voltasse a repetir-se.

O Sr. **Gazimba Simão** advogou que a discussão que estava a acontecer era o caminho certo, na óptica do PS.
Mais à frente enunciou que só o que tem resultados e qualidade é reconhecido socialmente, sendo preciso haver uma estratégia e uma vontade afirmativa de querer fazer, de saber para onde se vai e tem-se que lutar por isso. Neste contexto, evocou Luís António Verney, que, quando foi professor da U. E. no século XVI, criticou o sistema que existia, em relação à retórica e à escolástica, apelando à matemática e à praxis da ciência, pensando o Sr. Gazimba que talvez fossem estes os desafios que a Instituição tinha pela frente.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **Florival Pinto** asseverou que com a introdução duma pequena correcção na redacção do ponto 2 talvez se conseguisse o desejado consenso, sem ferir o objectivo da proposta, alvitrando que em vez de «**....para que, no curto prazo, sejam envidados todos os esforços...**» se colocasse «**...para que continuem a envidar todos os esforços...**».

Tendo em conta a posição da CDU, a Sra. **Paula de Deus** fez notar que a moção incidia sobre uma situação de crise, pelo que não fazia sentido a mesma estar constantemente a recuperar o passado, desvirtuando a importância do presente, que estava plasmado no documento. Na sua maneira de ver, o que estava em causa era o reconhecimento do esforço dos professores, do Reitor e de todos os

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

órgãos que estavam a levar a cabo para resolver o problema, realçando que as autonomias da Universidade e do Poder Central não eram ali chamadas à coação, estando-se apenas a pedir uma atenção acrescida ao que estava em cima da mesa.

Entretanto, o Sr. **António Murteira** vincou que não lhe parecia sério que se pusesse em dúvida o apoio claro e firme da CDU à U. E..
Depois, ressaltou o sectarismo do PS, argumentando que quando qualquer grupo político avança com uma moção e quer chegar a um consenso deve tentar aproximar as suas ideias às das forças opostas, não sendo correcto impor apenas a vontade própria só por ter a maioria.
Posteriormente, opinou que não se tratava duma crise passageira, mas sim da imposição duma nova política por parte do Ministério do Ensino Superior, a qual, se tivesse continuidade, iria dar azo a que a Instituição vivesse dias e anos ainda mais difíceis, evidenciando que a CDU defende a política do ensino que está consagrada na Constituição, tendo justificado tal posição com a leitura de três alíneas da dita.

Respondendo ao Sr. F. Pinto, o Sr. **Rui Rosado** reconheceu que a sua sugestão não modificava o sentido da redacção do ponto 2, admitindo até que a podia melhorar, pelo que transmitiu que a bancada do PS a aceitava.
Relativamente às propostas da CDU, observou que as posições eram inconciliáveis, dado que a visão da aludida força se baseava em «mandar vir, mandar vir e o Estado que pague», adiantando que a ideia do PS implicava outra dinâmica, ou seja, um processo mais activo e participativo de todos os sectores da sociedade, não se tratando de «burrice» ou de «cabeça dura». Classificou, também, a postura da CDU de anacrónica, dos princípios do século XX.
Por outro lado, disse à Sra. Ana Silva e ao Sr. J. Lourido que o documento não se intrometia na autonomia da Universidade, sendo apenas um processo de aproximação e de «dar o braço».

Entretanto, o Sr. **Jorge Lourido** pediu à Mesa para que fosse feito um pequeno interregno, para a bancada da CDU se reunir e decidir a sua posição de voto, no que concerne à moção em discussão.

Face ao exposto, a Sra. **Presidente** interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Reaberta a sessão, a Sra. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que expressou que o documento estava debatido e que estava na altura de ser votado.

O Sr. **Jorge Lourido** solicitou à Mesa que a moção fosse votada mais tarde e não de imediato.

Não se registando mais inscrições para utilização da palavra, a Sra. **Presidente** pôs a moção à votação, com a alteração introduzida pelo Sr. Florival Pinto, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e um do PS e três do PSD) e dez abstenções (da CDU).

Declaração de voto da Sra. **Ana Maria Silva**: "*Abstive-me porque a sustentabilidade da U. E. não está, nem estará, assegurada de forma perene por melhor que seja a estratégia para responder aos desafios do presente e do futuro. Todos na Instituição sabem disto, pois todos os dias vêem exemplos da Europa. Esforços de melhor gestão e a redução das receitas estão, há muito, a serem praticados, mas não salvarão, infelizmente, as crises das universidades mais frágeis, designadamente a nossa.*

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/am

Lamentavelmente, a dinâmica que tem vindo a ser desenvolvida por todos não vai ser suficiente para garantir a sustentabilidade, dadas as políticas financeiras que têm estrangulado, e vão continuar a estrangular, a nossa Universidade. Todos os responsáveis sabem disto, mas, evidentemente, não o poderão anunciar, pois não seria esse o seu papel dinamizador e condutor da U. E..
A sustentabilidade das pequenas e médias universidades tem que ser feita, no mínimo, como nas grande, isto é, dando as mesmas oportunidades de captação de financiamento a todas e não apenas às que o Governo considere. Não é isso que tem vindo a acontecer".

Posto isto, a Sra. **Presidente** comunicou que o ponto continuava em debate.

Então, o Sr. **José Cardoso** declarou que a moção fora a síntese de tudo o que se afirmara até àquela altura, tendo depois frisado que não havia mais nada para discutir.

Posteriormente, o Sr. **António Murteira** leu um documento do teor que se passa a relatar: "A expectativa de que uma crise pode transformar-se numa oportunidade, poder, pode, mas nem sempre acontece e depois de três QCA o Alentejo continua numa crise económica e social, que é reconhecida por todos os quadrantes.
O que está em curso é uma política de ensino que se afasta do projecto acolhido na Constituição. É uma nova política com perigos reais, por poder provocar o acentuar do défice nos próximos anos, poder provocar um disparo das propinas, afastando os alunos com menores rendimentos, com perigos reais de conduzir ao afastamento de docentes, com o consequente enfranquecimento da massa crítica, com perigos reais para universidades inseridas em meios desvitalizados, como o nosso, transformando esta Universidade numa outra coisa, que não é a Instituição que temos e que queremos potenciar.
Na política de Estado, estamos perante dois pesos e duas medidas, como passamos a exemplificar. Para uma Universidade como a de Évora, imprescindível para o êxito duma política de educação e de ensino, para a produção de conhecimento, para a criação de condições atractivas para o investimento, para o desenvolvimento da produção e crescimento da produtividade, para levarmos a bom porto os projectos estruturantes, pelos quais lutamos há muito, como Alqueva, base de Beja, a exploração das fileiras de produção, como a dos concentrados piritosos, dos mármores, da vinha e do vinho, do olival e do azeite, da aeronáutica e outras. Para uma Universidade com tais desafios pela frente não há dinheiro e impõe-se um emagrecimento orçamental, criando um buraco orçamental de 8,6 milhões de euros, em 2007, com o pretexto de rigor e de combate ao défice. Vemos que, em contradição, com este dito rigor, que, no fundo, traduz uma intencionalidade política ideológica, esbanjam-se milhares de milhões de euros de forma improdutiva. Também nós somos a favor duma política de rigor, mas naquilo que é dispensável, supérfluo, luxuoso, ostentatório e improdutivo, como é, e passo a citar um relatório do Tribunal de Contas, «a gigantesca teia de gabinetes e acessorias, onde proliferam especialistas, adjuntos, secretários e secretárias pessoais, a par de contratos, consultas, encomendas e serviços, que nos custaram, através duma prática sistemática e anómala, em apenas três anos (2003/05) a verba astronómica de mais de doze mil milhões de euros». Uma tal quantia seria suficiente para financiar totalmente a U. E. durante 250 anos. Política de rigor e corte, sim, em abusivas indemnizações pagas por empresas públicas e privadas aos gestores que saem. Em 2006, só a PT e a EDP pagaram indemnizações de 17.000.000 € aos administradores não reconduzidos. Este valor daria para cobrir o défice da Universidade durante dois anos. Política de rigor e de corte, sim, no clientelismo, desperdício e a improdutividade, como tem sido no Alentejo a

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

atribuição milionária de subsídios e ajudas ao rendimento a cerca de 2.000 famílias de grandes proprietários, com os resultados conhecidos, contra os quais até o actual Ministro da Agricultura se tem vindo a insurgir. Isto é, para distribuir chorudas indemnizações a altos quadros do sistema, para usar dinheiros públicos em subsídios e ajudas directas, em geral improdutivas, para servir clientelas político-partidárias há dinheiro e ao rigor faz-se vista grossa. Para assegurar bens e reforçar capacidades de uma Universidade, que constitui um pólo de dinamização não só cultural, mas também um motor de desenvolvimento no apoio às autarquias, ao tecido empresarial, no própria inserção do seu corpo docente e discente na região, constituindo elos de ligação importantes no futuro do Alentejo, pela disseminação desses futuros quadros em Portugal e noutros países, nomeadamente em países de língua oficial portuguesa, o Ministério impõe o seu conceito de rigor orçamental, cortando cegamente. Não partilhamos essa política, nem esta visão insolidária de sociedade e acreditamos que é possível uma outra política de solidariedade nacional, de desenvolvimento sustentado e de coesão económica e social. E por isso propomos, em alternativa à política de cortes cegos e de fragilização do ensino superior público, uma política solidária, de rigor, transparência e de estímulo ao investimento público produtivo, designadamente nas universidades. Política de investimento que deve incidir naquilo que é fundamental e indispensável, para o progresso material e cultural do país, como é a U. E. e o conjunto do ensino superior público numa região como o Alentejo. A região que só pode vencer o desafio do desenvolvimento sustentável e da coesão económica e social se contar que o ensino superior disponha dos meios financeiros e humanos, que lhe permita reforçar a massa crítica e as competências nas dimensões do ensino, da investigação e da produção cultural, em estreita relação e cooperação com as entidades e instituições regionais, nacionais e internacionais. O país e a região não podem esbanjar o investimento feito na formação académica dos docentes da U. E. e na criação de infra-estruturas de ensino e investigação, que levaram 30 anos a desenvolver. E se há na U. E. potencialidades não aproveitadas, ponderações a fazer sobre a gestão dos recursos humanos ou na criação de vantagens comparativas que atraiam alunos, se existem inércias ou acomodações a vencer, situações anómalas a corrigir, estratégias a redefinir, cooperações e complementaridades a introduzir entre as instituições de ensino superior no Alentejo, que se equacionem, vençam, corrijam, redefinem e introduzem, mas que não sirvam de pretexto para diminuir aquilo que é indispensável ao Alentejo. Como referiu recentemente António Sampaio da Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa, «não é fragilizando as universidades, nem afastando-as da ciência que caminhamos para o futuro». Nesta perspectiva, a CDU entende que seria muito útil que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior reflectisse e clarificasse a sua política para o ensino superior e dissesse, sem subterfúgios e com verdade: **Primeiro** – Se quer, ou não, criar as condições que possibilitem o desenvolvimento da U. E. e do ensino superior no Alentejo, ou se pretende transformá-la numa universidadezinha, da qual os alunos vão abalando, os docentes e os funcionários vão sendo afastados, abrindo espaço à instalação de alguma universidade privada, quando sabemos que o custo desse ensino está fora do alcance dos modestos rendimentos da maioria das famílias alentejanas e portuguesas e não permite respeitar os princípios constitucionais, em matéria de ensino, estipulados no art.º 74º da Constituição; **Segundo** – Se pretende instituir uma competição selvagem e desigual, cujo desfecho não é difícil de prever, entre universidades situadas em territórios debilitados demográfica, económica e socialmente e universidades situadas em grandes centros urbanos. Tudo isto necessita, portanto, de clarificação, de precisar qual o papel que se quer para a instituição universitária, de introduzir correcções que tenham em conta a situação real dos territórios em que se inserem e agem as universidades, que tenham em conta os objectivos de sustentabilidade e de coesão económica e social, que, muito justamente, os habitantes desses territórios reivindicam. Não tenhamos ilusões: uma democracia que não quer ou não é capaz de

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/am

mobilizar recursos económico-financeiros para o desenvolvimento e a democratização da educação e do ensino, da investigação e da ciência e da cultura artística é, inequivocamente, uma democracia medíocre e ameaçada, geradora de atrasos, injustiças e desigualdades. A U. E., o seu Reitor, o seu corpo docente, os seus alunos, os seus funcionários e os sindicatos contam com solidariedade e o apoio da CDU neste esforço pelo futuro da Instituição e do Alentejo, a maior e uma das mais belas regiões de Portugal".

Findo este depoimento, a Sra. **Presidente** revelou que a Mesa estivera a consultar o Regimento, tendo concluído que era legítimo a sessão continuar após a votação da moção apresentada pela bancada do PS.
Assim, deu a conhecer que chegara à Mesa uma «**Proposta para Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Situação da Universidade de Évora**», apresentada pela bancada da CDU, solicitando ao respectivo 1º signatário que a apresentasse.

O Sr. **António Murteira** leu o documento na totalidade, que fica apenso a esta acta.

O Sr. **Rui Rosado** afirmou que se tratava dum mero expediente reactivo e que não colhia qualquer tipo de aceitação por parte da bancada do PS.

Face ao exposto, o Sr. **Eduardo Luciano** contrapôs: **Primeiro** – Que não era um expediente, uma vez que o documento já vinha preparado para ser apresentado na sessão; **Segundo** – Tratava-se duma proposta para a criação duma comissão de acompanhamento, onde o PS teria a maioria, não percebendo como era que se poderia retirar dela algum pretexto para contrariar a estratégia desenhada pela referida força política.

Por seu turno, Sr. **Palma Rita** argumentou que não conseguia perceber o total alcance do documento, porque uma coisa era a AME preocupar-se com a situação, acompanhá-la enquanto órgão, fazer recomendações e aprovar moções que fizesse chegar aos organismos competentes, e outra era este Órgão formar uma comissão de acompanhamento para o efeito, o que, segundo o seu pensamento, retiraria alguma eficácia, em termos de capacidade política de actuação.

Retorquindo ao orador antecedente, o Sr. **Jorge Lourido** opinou que a constituição dum grupo não tiraria eficácia à Assembleia, nem diminuiria o seu peso e a sua força, à semelhança do que acontecera noutras ocasiões, em que tivera de deliberar nesse sentido para acompanhar situações difíceis doutras instituições do concelho, defendendo que tal medida poderia ajudar, dento do possível, a resolver alguns dos problemas da U. E..

Respondendo ao Sr. J. Lourido, o Sr. **Palma Rita** asseverou que continuava a não encontrar o alcance suficiente na proposta, porque uma coisa era formar-se uma comissão para acompanhar a situação duma instituição local e outra coisa era seguir o caso da U. E., que têm um âmbito regional.

Como mais ninguém se inscreveu para falar, a Sra. **Presidente** pôs a moção em apreço à votação, a qual foi reprovada por maioria, com dezoito votos contra (do PS), dez votos a favor (da CDU) e três abstenções (do PSD).

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame

Posto isto, a Sra. **Presidente** anunciou que tinha sido entregue à Mesa outra moção, oriunda do Grupo Municipal da CDU, intitulada «**Apoio à Universidade de Évora**», tendo pedido ao 1º subscritor que a descrevesse.

O Sr. **Abílio Fernandes** leu o documento na totalidade, que fica anexo a esta acta.

O Sr. **Florival Pinto** recordou que, aquando da discussão da 1ª moção, se fizera um esforço no sentido de que as três bancadas chegassem a uma posição de consenso e não tendo isso sido conseguido, não lhe parecia que tal tivesse favorecido, em nada, a imagem de empenhamento que todos queriam dar para contribuir para a resolução dos problemas as Universidade, pelo que se desta reunião saíssem duas moções, transmitiria para o exterior que a Assembleia estaria dividida neste contexto, sublinhando que a U. E. era demasiado importante para a urbe e para a região para que qualquer posição ideológica fizesse divergir os Membros da AME sobre a matéria.

Por sua vez, o Sr. **Rui Rosado** admitiu que a proposta tinha pressupostos que não desencantavam, mas que fazia um diagnóstico do país um pouco deprimente.
Por outro lado, fez notar que o que se propunha para deliberar já estava decidido, considerando a supra citada fora do tempo.

Retorquindo ao apontamento do Sr. F. Pinto, o Sr. **Jorge Lourido** ressaltou que se não fora possível o consenso na 1ª moção, tal não se devera à CDU, que fizera um esforço para que isso acontecesse.
Depois, divulgou que pensava que as questões da Universidade sairiam mais reforçadas se fossem aprovadas duas moções e não uma só.

Constatando a inexistência de mais pessoas interessadas em debater o documento em causa, a Sra. **Presidente** colocou-o à votação, que foi rejeitado por maioria, com dezassete votos contra (do PS), dez votos a favor (da CDU) e três abstenções (do PSD).

Encerrada a discussão no único ponto da agenda e em virtude de ninguém da assistência ter desejado usar da palavra, a Sra. **Presidente** terminou a sessão pelas duas horas e vinte e dois minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Maria Helena dos Santos Costa
1º Secretário– Joaquim Pinheiro Cordeiro
2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 22/06/2007, por maioria, com 22 votos a favor e 5 abstenções)

Praça do Sertório, 8 • 7000-506 Évora Tel • 266 777 042 Fax • 266 777 046 Email • assmunicipal.evora@mail.evora.net Web • www.evora.net/ame